

VIII Colóquio Internacional Marx Engels – 2015

Do primado das relações de produção à uma teoria relacional das classes sociais? Percursos a partir de E. Balibar

Pedro Cazes¹

GT 2 – Os marxismos

¹ Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II e doutorando do IESP/UERJ.

A presente comunicação parte de um projeto de pesquisa em curso sobre a intervenção de Louis Althusser e de diversos autores relacionados ao legado “althusseriano” no debate sobre a crise do marxismo e os múltiplos desdobramentos realizados por eles na busca de uma renovação teórica capaz de respondê-la. Ou seja, trata-se de um projeto que, visando discutir o marxismo na sua crise, o que nos obriga a pensar as suas aporias internas e os seus limites, busca trabalhar no sentido da renovação de uma prática teórica. Buscaremos aqui abordar, mais especificamente, os desenvolvimentos que podem ser percebidos ao longo da obra de Étienne Balibar sobre o conceito de “classe social” e “luta de classes” a partir da crítica de Althusser à concepção de classe como “Sujeito da história”. A partir desse recorte buscaremos indicar um percurso que, atravessando os trabalhos de Balibar, nos permite perguntar se não haveria uma necessidade de passar de uma defesa do “primado das relações de produção” para uma “teoria relacional das classes sociais”.

É necessário, primeiro, localizar o debate mais amplo dentro do qual intervinha Althusser e seus “seguidores” quando do ataque à interpretação “humanista” de Marx. Como esclarece Althusser no prefácio ao seu “*Pour Marx*” [1965], tratava-se de se contrapor à “resposta” que tendia a prevalecer dentro do PCF – mas não só nele – à crise debelada com o XX Congresso da URSS e as denúncias dos “crimes de Stálin”. A tendência consistia, então, em recuperar o “humanismo” de Marx, sobretudo das obras da juventude trazidas à tona na década de 1930, como modo de salvaguardar o potencial “totalitário” ou “economicista” das concepções “dirigistas” do marxismo ortodoxo. Contra essa “solução”, a intervenção althusseriana iria propor uma *outra* renovação da prática do marxismo, a partir da introdução de novos conceitos e problemas, como a famosa discussão sobre o “corte epistemológico”, que desaguava, de certa maneira, em uma necessidade de refundá-lo. No que nos interessa aqui, vale a pena destacar que a ideia de um corte entre uma “filosofia da história” - presente não só no “Jovem Marx” - teleológica, hegeliana, ou melhor, feurbachiana, e uma “ciência da história”, cuja constituição não deixava de ser algo em train de se fair, implicava na crítica à noção de classe como “sujeito da história”. Contra uma concepção corrente no marxismo “oficial” mas também nas leituras luckasianas e gramscianas de Marx, essa crítica desaguou em um conjunto de trabalhos – mais ou menos “fiéis” às teses de Althusser – de teóricos como Charles Bettelheim, Robert Linhart, Bernard Edelman, Suzanne de Brunhof, Jacques Racière, Pierre Macherey e, é claro, Étienne Balibar.

Podemos recuperar brevemente esse contexto lembrando a importância, nos textos de Althusser, da defesa de um “primado das relações de produção”, estreitamente ligada – em um primeiro plano – à crítica ao “economicismo” dominante dentro dos Partidos Comunistas, que faria do desenvolvimento das forças produtivas a grande mola de avanço da história, associada à uma concepção etapista da sucessão dos “modos de produção” - tal como se via na leitura predominante nos PC's sobre o problemático processo de “industrialização” da URSS. O debate, passava,

portanto, sobre a própria definição do conceito de “modo de produção” e da luta de classes como “motor da história” - ou seja, sobre teses elementares do marxismo. A crítica althusseriana intervinha, assim, articulando duas propostas: a primeira, associada à tese do “corte”, sobre a necessidade de se refundar o marxismo a partir do ponto mais avançado de sua realização pelo próprio Marx – a partir d'O Capital -; por outro lado, a discussão sobre a transformação das relações de produção como problema essencial do processo revolucionário está diretamente ligada ao impacto da “Revolução Cultural Chinesa” sobre o pensamento marxista, particularmente importante como uma forma de crítica “à esquerda” do sistema produtivo formado na URSS de Stálin. Para colocar de outro modo, se fazia necessário pensar a luta de classes tanto na produção material, quanto na reprodução (ideológica, política, cultural) das relações de produção.

Acredito que seja necessário lembrar, muito rapidamente, de duas teses decisivas trazidas por Althusser nesse contexto. A primeira consiste na crítica da representação da luta de classes como um “jogo de futebol”, a qual Althusser remete aos “reformistas”. Para eles

“as classes existem antes da luta de classes, um pouco como dois times de futebol existem, cada um de seu lado, antes da partida. Cada classe existe em seu próprio campo, vive em suas próprias condições de existência; uma classe pode até mesmo explorar a outra, mas não se trata ainda da luta de classes. Um dia, as duas classes se encontram e se enfrentam; somente então começa a luta de classes. Trocam socos, o combate se faz agudo e, finalmente, a classe explorada derrota a outra (é a revolução) ou sucumbe na luta (é a contra-revolução). Que se vire e se revire a coisa à vontade, sempre se encontrará a mesma ideia: as classes existem antes da luta de classes, independentemente dela e a luta de classe existe somente depois” (Althusser, 1978, p.27).

Logo em seguida a essa citação, Althusser remetia, em uma nota de rodapé, à tese de Mao Tsé-tung (sem citá-lo explicitamente) sobre o “primado da contradição sobre os contrários”, visão revolucionária que consistia em não enxergar a luta de classes como “efeito derivado” da existência das classes, e portanto contornável, mas como a “forma histórica da contradição que divide as classes em classes”. Trata-se, assim, de inserir o antagonismo (a contradição inconciliável) no centro da própria visão sobre a sociedade e sobre as classes – portanto, de colocar no centro da análise uma relação social antagônica. Isso quer dizer que as classes sociais não são externas umas às outras e muito menos simétricas/autônomas. O que está em jogo é a crítica da noção de classe como “Sujeito” da história, esquema que Marx produziu fabulosamente no *Manifesto*, com sua sucessão de classes que fazem do mundo sua “imagem e semelhança”.

É a partir dessa crítica de Althusser à uma visão descritiva/subjetivista da luta de classes que eu gostaria de sugerir um percurso possível na obra de Étienne Balibar na qual a tese do “primado” é desenvolvida de modo a provocar todas suas consequências. A questão seria a seguinte: mais do que simplesmente defender o primado das RSP sobre as FP no debate sobre o conceito de modo de produção, o que estaria se colocando não seria a necessidade de uma teoria *relacional* das classes sociais e, portanto, da luta de classes? Como repensar o marxismo para forjar, a partir dele, uma

teoria (e porque não uma epistemologia e uma ontologia?) propriamente *relacional*, que inscreveria na imanência das relações sociais as próprias lógicas de constituição dos sujeitos históricos? Como veremos, ao final, o problema que se coloca a partir desse desdobramento é diretamente político: o que pode ser uma “política proletária” ou uma “teoria revolucionária do proletariado” a partir dessa reconfiguração?

Trabalhando com os textos/argumentos de Balibar não segundo um critério cronológico mas segundo um esquema analítico, gostaria de explorar essa hipótese em pelo menos duas dimensões: 1) a necessidade de pensar relacionalmente a luta de classes no próprio processo de produção; 2) pensar o problema da sobredeterminação por outras “instâncias” sobre o conflito e as “identidades” de classe, o que significa que a luta de classes está sempre recortada/atravessada por outras relações, irreduzíveis à esfera da produção material.

Para percorrer a primeira dimensão partiremos do estudo “Mais-valia e classes sociais” presente no livro *Cinco Estudos do Materialismo Histórico* [1974]. Ali está desenvolvida a proposta, que traduz o momento de ouro do “althusserianismo”, de “fundar o conceito de classe no de mais-valia”, decorrente da tese mais geral do corte epistemológico e da necessidade de “refundar” o marxismo a partir do ponto mais avançado da constituição de uma teoria científica (do modo de produção capitalista): *O Capital*. Gostaríamos de destacar que Balibar já introduz aí uma diferenciação que continuará retomando em todos os seus trabalhos posteriores: a partir d’*O Capital* torna-se possível contrapor ao esquema *simétrico* de constituição/sucessão das classes sociais na história presente no *Manifesto* e em boa parte dos estudos histórico (sobretudo no *18 de Brumário*) – que permite sua personificação enquanto “Sujeitos da história” (Lukács) – a um esquema radicalmente *assimétrico* (e aqui queremos dizer *relacional*) de definição das classes. Esse ponto vai se construir em torno da proposta de, tomando o capital como uma relação social baseada na exploração da mais-valia como forma de valorização do valor, definir as classes sociais pela sua posição no processo de acumulação de capital, ou seja, *na sua relação com o capital* – como dois aspectos distintos do mesmo antagonismo.

Assim, se definida pela sua relação com a dinâmica do processo de acumulação de capital, “cada classe não pode ser definida independentemente do processo histórico da *sua própria transformação*” (1979a, p.130). Balibar vai afirmar que, do ponto de vista marxista, o proletariado não pode ser definido por alguma homogeneidade social captada estatisticamente (como faz boa parte da sociologia), ou mesmo qualquer regularidade empírica: na realidade não existe “tipo ideal” de proletariado (assim como de burguesia) mas somente processos – contraditórios, complexos – de proletarização e de aburguesamento (2007, p.21), cuja base são as divisões técnicas e sociais produzidas pela divisão do trabalho (trabalho qualificado x desqualificado/manual x intelectual), pelo grau de incorporação da massa proletária nas “funções produtivas” da classe operária, etc. Se a

base da proletarização é o processo de transformação da força de trabalho em mercadoria – ela mesmo dependente do andamento desigual e renovado da acumulação primitiva, por um lado, e pelo avanço da subsunção real do trabalho ao capital, por outro – a base de existência do proletariado, a “condição proletária”, não remete a nenhum passado comunitário², a nenhuma homogeneidade perdida, mas à própria *competição entre os trabalhadores*. Recolocando o problema dessa maneira, e tirando consequências do capítulo da “Lei geral de acumulação capitalista” para uma dialética massa x classe, Balibar (1979a) vai afirmar que a unidade histórica do proletariado é sempre o *resultado de um processo tendencial* já que ele se define, de imediato, pelas suas divisões/frações internas. A unidade do proletariado só pode existir no fato de que todas as suas divisões e frações internas – submetidas a uma concorrência desigual entre si – estão submetidas às mesmas tendências gerais da acumulação capitalista, ou seja, é o Outro – o Capital – que pode fornecer um ponto de apoio para a construção de uma unidade política de luta proletária contra as tendências da exploração/expropriação. O que essa tese problematiza é a própria expectativa, que Marx nunca se livrou totalmente, de uma tendência inexorável à “simplificação dos antagonismos”. Como mostra em seu artigo “État, Parti, Ideologie” (1979b), também é colocada em outra problemática a ação política do proletariado, afastando-se do problema da *expressão* de uma consciência para o problema da *construção* do Partido que precisa “costurar” essa unidade sempre em luta com as diversas faces da ideologia burguesa, que pode ser surpreendida no seio das próprias organizações da classe operária.

A segunda dimensão que gostaríamos de explorar – o problema da sobredeterminação das relações de classe por outras “instâncias” – pode ser recuperada a partir do texto “Sobre a dialética histórica”, de 1973, no qual Balibar realizou uma retificação em relação à sua discussão sobre o problema da transição presente no *Lire le Capital* [1965]. Trata-se da auto-crítica, também realizada por Althusser em outros aspectos, quanto a possibilidade de construir uma “teoria geral” dos modos de produção ou da transição histórica. Aqui nos interessa a ênfase no caráter sobredeterminado da luta de classes, sempre fruto de um conjunto articulado mas heterogêneo de aspectos ou “instâncias” irredutíveis à dimensão econômica. Assim, o materialismo histórico não poderia simplesmente deduzir uma teoria geral das classes sociais a partir da teoria científica do modo de produção capitalista presente n'*O Capital*³, fazendo-se necessário a introdução do conceito de formação social para capturar o modo específico em que se resolvem, em cada caso, a “combinação” desses aspectos da luta de classes. Como lembra Boito (1995), o marxismo

2 Vale reparar, aqui, a tensão estabelecida entre esse caminho de conceituação da classe – a partir da dinâmica de reprodução ampliada do capital – e a historiografia da classe operária que opera segundo a análise dos casos particulares de “formação” da classe onde entram outras variáveis deixadas de fora pela análise “econômica” d'*O Capital*: a sociabilidade, os costumes, a mentalidade, a identidade e etc...

3 Até porque, como Balibar (2010, p. 275-282) sempre volta a lembrar e como a história do movimento operário a partir do Imperialismo nos mostra, a partir d'*O Capital* podemos compreender que existe uma base material que permite o reformismo, ele não é só uma “falsa consciência”.

althusseriano, munido do conceito de sobredeterminação, está mais bem vacinado contra o economicismo presente dentro das organizações marxistas que querem reduzir o ciclo revolucionário do século XX à mera contradição capital x trabalho. Ora, o problema todo aqui é que parece difícil pressupor uma homologia geral entre todas as relações heterogêneas que atravessam e sobredeterminam a luta de classes. Para ilustrar o problema podemos percorrer a discussão realizada por Balibar nos seus trabalhos sobre a relação entre “guerra” e “política” (2009, 2010), ou sua discussão sobre o nacionalismo/racismo presente em *Race, Nation, Classe* (2007).

Por final gostaríamos de discutir algumas aporias e impasses que Balibar identifica dentro do desenvolvimento disso que estamos chamando de uma perspectiva relacional das classes sociais:

- Se a busca por uma teoria relacional das classes sociais e da luta de classes tem como objetivo fornecer um quadro analítico distinto da representação escatológica/messiânica do proletariado como “classe universal” (*Ideologia Alemã*), bem como dos esquemas teleológicos da classe como “Sujeito” da história que foram tirados a partir do *Manifesto*, não é de se surpreender que ela exija uma requalificação do tema da política proletária. Claro, o que está em jogo aqui é o próprio problema da “autonomia política” da classe operária, a partir da qual os marxistas costumam pensar seu papel revolucionário na história. Mas gostaríamos de sugerir que, seguindo os trabalhos de Balibar, precisamos tratar esse problema a partir de sua discussão sobre o conceito de “rapport social” já que esse parece o “ponto de encontro” entre uma lógica da materialidade das relações de poder e uma lógica da contradição – cujos sucessivos cruzamentos e deslocamentos podem ser apreendidos na obra de Marx. Claro, o problema aqui – a partir da definição da “contradição como estrutura imanente às relações de forças” (Balibar, 1997, p.302) – é saber se seria possível pensar uma dialética que não seria a antecipação imaginária do *fim* das contradições, mas a análise de seu *movimento* atual, nas suas determinações internas (Idem, p.301). Em *La Crainte des Masses* e artigos posteriores, Balibar aponta os dois pontos cegos para o pleno desenvolvimento da tese althusseriana da história como “processo sem sujeito”: por um lado, ainda que O Capital permita perceber que a relação é interiorizada pela classe, não sendo exteriores uma a outra, Marx nunca deixou de representar o antagonismo de classe pela metáfora/imagem da “guerra civil”; por outro lado, Marx nunca deixou totalmente de pensar o proletariado como “classe universal”, o que desemboca na impossibilidade de pensar o conceito de uma “ideologia proletária”. Esses impasses se colocam irremediavelmente quando buscamos desenvolver a tese althusseriana da história como “processo sem sujeito”; ou melhor, quando se trata aqui de pensar a política e a história na chave de um processo infinito onde a constituição dos “sujeitos políticos”,

apreensível somente nos efeitos específicos produzidos em uma *conjuntura*, é imanente às próprias relações sociais; e, no lugar da “transparência dos interesses” da classe, redescobrir a política como linguagem e prática, ou “prática na linguagem” (Idem, p. 268), onde reencontramos o problema da reprodução das relações de produção no próprio socialismo, já que não é possível analisá-lo sem tocar no problema da “ideologia proletária”.

- Tendo em vista a discussão de Althusser no seu texto “O marxismo como teoria finita”, podemos colocar o problema dos “limites” do marxismo, sobretudo quanto à sua (im)possibilidade de pensar outras relações sociais irreduzíveis ao conflito de classes, o que nos leva à uma rediscussão do problema da “última instância” e da tópica (base x super-estrutura). É isso que vai levar Balibar à renúncia da tentativa de constituir o “materialismo histórico” como sistema fechado que dê conta da “totalidade social”, em prol de uma visão de uma visão da “complexidade não totalizável” do social. O interessante aqui é que Balibar procura no próprio Marx das *Teses sobre Feurbach* (particularmente na 6ª tese) um possível fundamento para uma teoria relacional, ou transindividual, ressaltando a ênfase na abertura/multiplicidade da formulação de uma essência humana como “conjunto das relações sociais” (Balibar, 2012). Como se sabe, esse é um caminho que levou Balibar a procurar uma teoria política que não descarte mas também que não se restrinja ao marxismo.

Acreditamos, portanto, que perseguindo essas interrogações lançadas por Balibar poderemos avançar em alguns pontos decisivos para uma renovação da prática do marxismo, sobretudo na medida em que essas questões talvez não sejam resolvidas pelo trabalho filosófico em si mesmo, mas possa reorientar a utilização da teoria marxista na análise da realidade social e na organização política.

Bibliografia:

ALTHUSSER, Louis. Resposta à John Lewis. In: _____. *Posições I*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

BALIBAR, Étienne. *Cinco estudos do materialismo histórico*, v. 2, Lisboa, Presença, 1979a.

_____. “État, parti, Ideologie: esquisse d'un problème”. In: BALIBAR, É.; TOSEL, A., LUPORINI, C. *Marx et sa critique de la politique*, Paris, Maspero, 1979b, p. 107-67.

_____. *La Crainte des Masses: politique et philosophie avant et après Marx*. Paris, PUF, 1997.

_____. On the Aporias of Marxian Politics: From Civil War to Class Struggle. *Diacritics*. Vol. 39, N. 2, 2009, p.59-73.

_____. *Violence et Civilité: Wellek Library Lectures et autres essais de philosophie politique*. Paris, Ed. Galilée, 2010.

_____. From Philosophical Anthropology to Social Ontology and Back: What to do with Marx's Sixth Thesis on Feuerbach? *Postmodern Culture*, vol. 22, n. 3, 2012.

BALIBAR, Étienne & WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Classe: les identités ambiguës*. Paris, Ed. La Découverte, 1997.

BOITO JR., Armando. O economicismo oculta a revolução. *Crítica Marxista*, n.2, 1995.